

“Impedido de entrar porque falava português”: Relações Interétnicas e Espaços de Sociabilidades em Mallet-PR (1930-1940)

Loiana Maiara Z. Ferrando,¹ UNICENTRO

Resumo

A finalidade deste trabalho é refletir sobre as relações interétnicas estabelecidas em espaços de sociabilidades de Mallet-PR, tendo como fonte de análise inquéritos policiais e processos criminais. Nosso recorte temporal compreende o ano de 1930 até 1940, devido à grande incidência de ocorrências criminais envolvendo imigrantes. Esses, ao se instalarem no território malletense, ocasionaram sociabilidades informais e formais, entre si e com os demais, seja por meio das associações ou em ambientes públicos, com interesses e objetivos variados. Entretanto, em determinados momentos, esses acontecimentos também resultaram em conflitos, ressaltando questões que permeavam os grupos étnicos.

Palavras-chave: Mallet; Sociabilidades; Imigração; Grupos étnicos.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the interethnic relations established in spaces of sociability in Mallet-PR, having as a source of analysis police investigations and criminal cases. Our time frame covers the years 1930 to 1940, due to the high incidence of criminal incidents involving immigrants. These immigrants, when they settled in Mallet, led to informal and formal sociability, among themselves and with others, either through associations or in public environments, with varied interests and objectives. However, at certain times, these events also resulted in conflicts, highlighting issues that permeated ethnic groups.

Keywords: Mallet; Sociability; Immigration; Ethnic groups.

Introdução

O município de Mallet-PR foi definido a partir dos deslocamentos imigratórios, comportando sujeitos oriundos de diversos países, majoritariamente poloneses e ucranianos, desde 1890,² os quais fixaram-se no território e formaram suas colônias, atraídos pelas condições favoráveis propiciadas pelo governo paranaense, que visava a ocupação dos territórios vistos como “vazios demográficos”, a substituição da mão de obra escrava e a produção de gêneros alimentícios para os centros urbanos.³ Diante disso, no convívio gerado entre nacionais e imigrantes,⁴ surgiam as diferenças, que antes não eram tão visíveis, e

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Irati-PR. Atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição, na linha de pesquisa *Espaços de Práticas e Relações de Poder*.

² Nesse ano “chegava a região a primeira leva de imigrantes europeus, de nacionalidade polonesa. Cinco anos depois, novos colonos, provenientes da Ucrânia, então sob o domínio da Áustria”. Entretanto, vale mencionar que já existiam algumas famílias brasileiras instaladas no território (IBGE, 2017).

³ Balhana (1996), apresenta tais discussões sobre a política imigratória ocorrida no Paraná.

⁴ Nesse caso consideramos nacionais os estabelecidos na região antes do processo de colonização, sendo os velhos e os novos. A obra *Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000) de Norbert Elias e Scotson permite aprofundar essas noções.

consequentemente o acionamento de fronteiras étnicas, as quais muitas vezes suscitavam desentendimentos, relações conflituosas e de poder.

Por meio da interação, segundo Poutignat e Streiff-Fernat (1998), os grupos étnicos se identificam e estabelecem suas fronteiras, de modo a se diferenciar dos outros, demarcando o “nós” e “eles”, as quais podem ser construídas e reconstruídas dependendo do contato estabelecido e das situações vivenciadas, ocasionando sentimento de pertença entre os membros, configurando-se como um importante elemento da etnicidade.⁵ Em outras palavras, “a manutenção das fronteiras, baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (POUTIGNAT E STREIFF-FERNAT, 1998, p. 158). Dessa forma, os espaços de sociabilidades tornam-se oportunos para esses contatos interétnicos, sejam eles estabelecidos nas práticas religiosas, nos clubes esportivos e sociais, nos bailes, bares e armazéns, nas vias de circulação, entre outros. São locais que possibilitam momentos sociáveis momentâneos ou regulares. Mas, ao mesmo tempo, são alvos de atritos dos diversos grupos, que visam ocupá-los a partir de seus interesses e objetivos.

Para tal estudo, partimos das noções de sociabilidade formuladas por Georg Simmel (1983), o qual compreende o termo como “a forma autônoma ou lúdica de sociação”. Esse conceito refere-se

[...] a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 1983, p. 166).

Portanto, de acordo com Simmel, os indivíduos estabelecem múltiplas relações e interações, a partir de diversas finalidades, necessidades e motivos, formando uma “unidade”, a qual ele denomina como sociedade. Sendo assim, esses não conseguem viver isoladamente e, consequentemente, estabelecem condições “para influenciar os outros e para ser influenciado por eles” (SIMMEL, 1983, p. 166). Ou seja, o autor acrescenta que, além de estarem sociados a partir de seus propósitos, para que haja sociabilidade é necessário que os membros sintam satisfação mútua de estarem no momento sociável. Desenvolve-se um “mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está ligado ao prazer dos outros”, ao coletivo, onde as características individuais não devem ser evidenciadas. Nesse sentido, a sociabilidade é lúdica

⁵ Para Poutignat e Streiff-Fernat (1998) a etnicidade é um conjunto de atributos considerados comuns, como religião, língua, costumes, entre outros, que unificam os sujeitos e estabelecem um grupo. Dessa forma, conforme os autores acrescentam, o que define os grupos étnicos é a etnicidade e as fronteiras étnicas, as quais criam uma divisão entre os membros e não membros, compartilhando “critérios de avaliação e julgamento”, sendo “uma forma de organização social” (POUTIGNAT E STREIFF-FERNAT, 1998, p. 193-197).

a partir do momento que se desvincula de traços da realidade e pura quando ocorre entre iguais (SIMMEL, 1983, p.173).

De acordo com Baechler (1995, p.66), a sociabilidade é definida como “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações [...]”, nesse caso, para o pesquisador, o termo rede refere-se aos vínculos que um indivíduo constitui com os outros, os quais funcionam em ciclos, sempre ocasionando novas relações com outros sujeitos e assim sucessivamente.

Essas redes, segundo o autor, podem ser classificadas a partir de três formas. A primeira são as instituídas com conhecidos, amigos, vizinhos ou no próprio grupo familiar, e ocorrem “espontaneamente entre os indivíduos”, de maneira não organizada. A próxima, “poderia ser definida por redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros” (BAECHLER, 1995, p. 78). Por fim, partindo das noções de “civildade”, define-se a terceira e última forma de rede, em que os indivíduos deveriam manter-se semelhantes, amenizando “as asperezas de sua personalidade e os traços extravagantes de seu personagem social”, buscando reafirmar-se “como membro aceitável de um círculo de civildade” (BAECHLER, 1995, p. 83).

Ressaltamos que as sociabilidades podem ser definidas de maneira formal e informal. A primeira, de acordo com discussões de Maurice Agulhon (1984), refere-se as relações estabelecidas por sujeitos que se unem em nome de um grupo ou instituição organizada e registrada, como uma associação ou grêmio, sendo mais fáceis de serem analisadas, através das próprias fontes produzidas, como atas de reuniões. Assim Baechler (1995) sintetiza:

[...] a sociabilidade pode traduzir-se em agrupamentos formais e organizados, podendo constituir unidades do ponto de vista jurídico e administrativo, mas cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar juntos (BAECHLER, 1995, p. 82).

Por sua vez, para Uría (2015), as sociabilidades informais são aquelas travadas no cotidiano e de forma espontânea, marcadas pela escassez de fontes. Um exemplo mencionado pelo autor é a taberna, caracterizada por manifestações não organizadas, onde os sujeitos paravam no momento de ir ou voltar do trabalho, e se reuniam com indivíduos pertencentes a esferas sociais diferentes. Além disso, era um local marcado pelas conversas sobre vários assuntos e pela propagação de notícias.

Diante disso, a proposta de investigação fundamenta-se na pesquisa qualitativa tendo como fonte de análise inquéritos policiais e processos crimes de Mallet-PR, localizados no acervo CEDOC/I da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus de Irati. Essas fontes, por sua vez, possuem diversas informações que podem ser problematizadas, a partir da metodologia empregada e dos questionamentos que se fazem a ela, nesse caso, quais as formas de sociabilidades exercidas pelas diversas etnias, suas interações nesses espaços, seus meios de distinção e ações coletivas, e como se desencadeavam os conflitos.

Nosso recorte temporal compreende o ano de 1930 até 1940, momento em que aumentaram os inquéritos policiais e processos criminais envolvendo imigrantes. Dos 37 registros efetuados entre 1913, emancipação do município, até 1940, os quais mencionam nacionalidade e representam a primeira geração, 27 ocorrem no contexto analisado.⁶ Entretanto, Pochapski (2018, p. 207) questiona esse crescimento em sua pesquisa e discorre que tal fato abrangeu todos os sujeitos, não somente aos oriundos de outros países, pois durante a Era Vargas as ações policiais e jurídicas se expandiram, objetivando a segurança e ordem. Além disso, houve alterações na legislação vigente, resultando em novas visões acerca do que era considerado crime, e conseqüentemente, suas devidas condenações.

Monsma (2000), apresenta discussões e aspectos metodológicos importantes ao pesquisador que deseja analisar inquéritos policiais e processos criminais para compreender as relações interétnicas, ocasionadas em regiões de imigração. Partindo dos conflitos envolvendo italianos em São Carlos-SP, no final do século XIX, o autor discorre que as interpretações produzidas nos depoimentos ressaltam aspectos cotidianos, as interações entre os distintos grupos, suas ações coletivas, suas fronteiras étnicas, seus estereótipos, entre outros, sendo que em determinados momentos, os envolvidos tendem a enfatizar visões produzidas coletivamente. Diante disso, para ele, torna-se extremamente importante comparar as várias versões apresentadas, seja pelas testemunhas, acusados ou vítimas. Sintetizado:

Se, por exemplo, todas as testemunhas de uma etnia enfatizam certos fatos, que tendem a desculpar um réu da mesma etnia, ao passo que todas as testemunhas da etnia da vítima enfatizam outros fatos, que incriminam o réu, o processo sugere uma polarização étnica, levando a diferenças sistemáticas na percepção dos mesmos acontecimentos, ou à disposição de mentir para ajudar o semelhante. Além disso, a natureza das divergências nos depoimentos indica alguns dos eixos principais de desentendimentos e tensões entre grupos (MONSMA, 2000, p. 2).

Em relação aos estudos que foram produzidos a partir da análise de documentos judiciais que abordam essa temática, mencionamos *Trabalho, lar e botequim* de Sidney Chalhoub,

⁶ O presente artigo é parte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste e a discussão teórica proposta é fruto da disciplina *Espaços de Sociabilidades*.

publicado em 1986, o qual analisa as relações cotidianas e as questões em torno da classe trabalhadora carioca no início do século XX. O autor descreve que os conflitos entre imigrantes e nacionais, em espaços de sociabilidades eram comuns, principalmente nos intervalos ou depois do trabalho, longe das normas profissionais, pois as adversidades “podiam ser resolvidas sem pôr em risco os meios de sobrevivência dos contendores”. Tais desavenças estavam, em grande parte, relacionadas as próprias competições trabalhistas ocasionadas entre os grupos (CHALHOUB, 1986, p. 96).

Ao analisar a criminalidade em São Leopoldo, região de imigração alemã, de 1846 a 1871, Mühlen (2017, p. 251) discorre que as sociabilidades eram originadas a partir de “diferentes motivações que acolhiam os distintos grupos sociais”. Ou seja, com o passar do tempo, criaram-se novas formas que compreendiam os espaços considerados públicos, adaptadas ao cotidiano da população, como os bailes, as vendas, festividades religiosas, corridas de cavalo, entre outros, sendo atividades que constituíam importantes momentos de diversão, lazer e interação. Assim como acontecia em Mallet-PR, tornando-se parte das práticas exercidas num contexto majoritariamente rural.

A autora atribui grande relevância as vendas e casas comerciais, locais que se estabeleciam como espaço “multifuncional, frequentado por pessoas de diferentes grupos sociais (origem étnica e posição social e religiosa) no seu tempo livre, onde construía relações afetivas ou antagônicas e competitiva”, mas também em algumas ocasiões, passavam a ser “palco de conflitos violentos e sangrentos”, causados por múltiplos fatores (MÜHLEN, 2017, p. 252).

Vendrame (2013) em seu estudo referente as práticas de justiça na ex-Colônia Silveira Martins, composta por italianos no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do XX, discorre que esses ao se estabelecerem em novas terras, buscavam relacionar-se com os demais membros do grupo, fortalecendo suas ligações, diante disso, fundaram “instituições agregativas”, seja no lazer ou nas práticas religiosas, que lhes garantiam ocasiões sociáveis, bem como, segurança, auxílio mútuo e vantagens em suas ações. Tais estratégias, também eram utilizadas no momento de relatar os crimes que envolviam esses imigrantes. Por sua vez, os espaços de sociabilidades que possibilitavam o contato dos diversos sujeitos, eram permeados por comentários, provocações e disputas, entre eles novamente destaca-se as casas comerciais, as quais se tornavam “cenário privilegiado para a produção do insulto, onde o peso das palavras aumentava devido à quantidade de pessoas que presenciavam as discussões” (VENDRAME, 2013, p.324).

O território malletense tem chamado a atenção dos pesquisadores e suscitado muitas pesquisas nos últimos anos, as quais trazem importantes contribuições para nossa reflexão. Iniciamos pelo trabalho de Antoczeczen (2015), embora não utilize documentos judiciais como fonte de análise, a autora aborda as fronteiras étnicas estabelecidas entre ucranianos e poloneses na região, em um momento de interação específico, a *Festa das Nações*, realizada no ano de 1993, com o intuito de minimizar as rivalidades entre as etnias.

Conforme relatam seus entrevistados, os embates existentes entre as duas nacionalidades, foram originadas a partir de um “passado histórico”. Tal fato, segundo a autora, influenciava na definição das fronteiras étnicas e nas identidades, onde os sujeitos buscavam se distinguir de outros que não possuísse laços semelhantes aos seus. Ou seja, “para isso os grupos étnicos podem transformar o espaço onde acontecem as disputas étnicas em uma região com diferentes significados”, consequentemente excluindo o que não lhes fazia sentido (ANTOCZECZEN, 2015, p. 52). A historiadora conclui que apesar do esforço na organização da festa, observou-se que a participação das etnias não ocorreu na sua totalidade.

Na sociedade interiorana e religiosa de Mallet-PR, além do contato estabelecido nas igrejas e nas atividades privadas, os sujeitos frequentavam e interagiam em armazéns e casas comerciais/negócio. Soczek (2018) ao analisar as práticas criminalizadas nesses espaços, inicialmente parte de uma noção de “sociabilidade violenta” como motivadora do aumento e redução dos registros de crimes nesses locais. Assim sendo, as relações de poder estabelecidas ficavam marcadas nas interpretações presentes nos processos criminais, caracterizando os indivíduos, os quais em determinados momentos contrariavam o ideal regionalista, que definia os imigrantes como pacíficos e ordeiros. Logo, como observa o historiador, as ações desenvolvidas nesses ambientes, se misturavam com condutas violentas, estimuladas pelo álcool, pela coragem e em defesa da honra, a qual nesse contexto era de suma importância.

Por sua vez, Pochapski (2018) em seu estudo referente a relação dos corpos e espaços nos crimes em Mallet-PR de 1931 a 1950, traz discussões importantes em relação ao nosso recorte temporal e as ações produzidas no território brasileiro durante a presidência de Getúlio Vargas. Também nos dá indícios de que para além dos ambientes físicos, as vias de circulação constituíam momentos de sociabilidade, onde os sujeitos se deslocavam de um lugar para o outro, mas que frequentemente encontravam familiares, vizinhos ou amigos, e interrompiam temporariamente seu percurso para conversar, propagando notícias referentes a comunidade, que posteriormente poderia desencadear desavenças, principalmente se fossem prejudiciais. Conforme acrescenta o autor, “grande parte dessa circulação de informações ocorria nos

momentos de encontros, nos instantes de conversas, músicas e chimarrão com vizinhos e compadres” (POCHAPSKI, 2018, p.98).

Stachuk (2017), apresenta análises referentes as interações entre as etnias e dados quantitativos importantes para compreender os conflitos ocasionados e o papel dos espaços de sociabilidades em Mallet-PR, entre os anos de 1925 até 1965, obtidos por meio das fontes criminais, os quais contribuiriam significativamente nessa pesquisa. A autora discorre que esses locais compreendiam 30,7% dos casos registrados, sendo majoritariamente bailes e festas, ocorridos com frequência nas próprias residências dos envolvidos e nos finais de semana, devido as longas jornadas de trabalho. Segundo a historiadora, esses divertimentos eram organizados como gratificação dos serviços prestados, em decorrência dos dias santificados, aniversários ou fruto das uniões matrimoniais firmadas na comunidade, sendo movimentados com bebidas alcoólicas. Em relação as nacionalidades, os ucranianos aparecem mais, seguidos pelos poloneses, depois brasileiros e uma pequena porção de alemães. Dessa forma, os grupos buscavam se divertir nesses ambientes festivos, mas por meio das fontes percebeu-se que tais momentos ocasionavam brigas.

Partindo dessas discussões, buscamos analisar as relações interétnicas estabelecidas em espaços de sociabilidades da região de Mallet-PR na década de 1930, bem como, observar como as fronteiras étnicas eram acionadas, tornando-se mecanismos para se diferenciar, mas também unir aqueles que se consideravam semelhantes. Para tal fim, utilizaremos um inquérito policial datado de 1933 e um processo criminal de 1938, o primeiro ocorre em um espaço de sociabilidade formal e o segundo, informal.

Brasileiros, poloneses e o “JUNAK”

No dia 1º de janeiro de 1933, por volta das dezesseis horas, em uma reunião da Sociedade Junak, no Colégio Nicolau Copérnico em Mallet-PR,⁷ o brasileiro Pedro diz ter sido agredido pelo polonês José,⁸ por questões do uso da língua nacional. Segundo a vítima, foi impedido de entrar no recinto sob a alegação de que não falava a língua polonesa.⁹

De acordo com Renk (2009, p. 50), “o associativismo foi um traço marcante na organização das comunidades étnicas do Brasil. As comunidades fundavam as associações de caráter recreativo, educacional e de auxílio mútuo”, sendo mecanismos importantes na

⁷ “Identificado como sendo o primeiro colégio polonês de ensino médio no Brasil, e um dos colégios mais equipados do Paraná” (ANTOCZECEN, p. 62). Ou seja, o espaço já estava envolto de significados ligados aos laços comuns de poloneses, inclusive na perpetuação da língua.

⁸ Utilizamos outros nomes para os envolvidos.

⁹ Acervo CEDOC/ UNICENTRO campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/36.4

“manutenção das identidades étnicas”, que se diferenciavam dos demais por meio da língua, fé, valores, costumes, práticas culinárias, músicas, entre outros. Augusto Arriscado (2005, p. 271), aponta que, através dessas organizações, os grupos sociais procuravam “impor seus valores e sinais distintivos [...], para além daquelas sociabilidades marcadamente informais que acolhiam os diversos setores”. Por sua vez, Chermont (2011, p. 60) utiliza a expressão “territórios étnicos”, para se referir a esses espaços que unificam os sujeitos e incentivam a transmissão de aspectos considerados comuns.

A *Sociedade de Educação Física Junak* (*Towarzystwo Wychowania Fizycznego Junak*), foi fundada em 1922, entretanto contava com outro nome, sendo alterado no ano seguinte.¹⁰ Essa organização teve como papel principal a difusão do esporte, podendo ser realizado por mulheres e homens. Além disso, o Junak também organizava eventos culturais e bailes entre os associados, configurando-se como um importante meio de socialização e fortalecimento dos valores étnicos (OLIVEIRA, 2009, p. 231).

Oliveira (2019, p. 232) acrescenta que em 1924, “as atividades esportivas do Junak passaram a ser organizadas no interior da União das Sociedades Esportivas Polonesas, entidade que congregava sociedades em cidades menores”. Tal fato proporcionou que essa associação se instalasse e atraísse sócios em várias regiões interioranas do Paraná e Rio Grande do Sul, chegando a “15 filiais e 8 equipes de escoteiros”, unificando os poloneses em solo brasileiro.

Retornando ao inquérito analisado, nas declarações prestadas pelo réu José (natural da Polônia, 30 anos de idade, instrutor de educação física), o conflito teria iniciado quando ao passar pela portaria do “Sarau” da Sociedade, notou que Pedro e o porteiro estavam nervosos, perguntando a ambos o que tinha acontecido, pois a vítima era estranha ao grupo e os dois sujeitos estavam embriagados.¹¹ Em seguida, foi perguntado em polonês seus nomes e se portavam distintivos do Junak. José acrescenta que, nesse momento, o brasileiro gritou “vamos embora e deixe esses desgraçados” e que o polonês retrucou “se você é sócio e desportista, deve saber que não pode se embriagar, deve ir embora para não envergonhar a sociedade”, aconselhando a se retirar. Cerca de duas horas depois, Pedro retornou ao local, questionando se José preferia chama-lo de bêbado ou levar uma “bofetada na cara”, que o declarante não deu importância e continuou dançando, não havendo agressão física e verbal.

Em relação as testemunhas, todas estavam participando do momento sociável onde ocorreu o conflito, ou seja, ambas faziam parte do “Junak”, bem como, apresentavam sobrenomes de origem polonesa. Observa-se em seus depoimentos a preocupação em relatar

¹⁰ JUNAK em polonês significa “jovem destemido, bravo ou valente” (OLIVEIRA, 2019, p.231).

¹¹ Os relatos apontam dois brasileiros envolvidos, entretanto, apenas um compareceu para depor.

que a Sociedade realizava suas atividades em polonês e em português, não ocasionado nenhum conflito em relação a isso, afirmando que a mesma é voltada para o esporte e devidamente registrada, tendo seus estatutos e atas em ambos os idiomas.

João, a primeira testemunha, que no episódio estava como porteiro da reunião, afirma que recebeu ordens do superior para que a entrada fosse somente para associados e que utilizassem distintivos da Sociedade. Na ocasião, o depoente ao ver os brasileiros tentando entrar, impediu-lhes dizendo que era só para sócios e acrescenta que, não houve nenhum maltrato e que se isto acontecesse não seria devido a questões relacionadas a língua nacional. No decorrer do depoimento, afirma que José perguntou o que estava acontecendo e pediu em polonês para que os dois brasileiros fossem embora.

Estanislau, a segunda testemunha, afirma que o encontro era somente para associados, que viu as vítimas alcoolizadas e que houve um mal-entendido entre os moços e o porteiro, sendo interrompido por José a fim de evitar vergonhas para a sociedade, da qual faziam parte. Complementando que, no Junak todos falam português e por falarem tem certeza que não houve nenhum constrangimento.

Por fim Tadeu, a terceira e última testemunha, declara que os brasileiros estavam embriagados e que foram questionados em polonês se eram associados, mas que em nenhum momento houve proibição de exercer a língua portuguesa, pois nas reuniões falava-se ambos os idiomas, visto que o Junak somente se preocupava, exclusivamente, com atividades esportivas.

Percebe-se que o fato da vítima não se comunicar em língua polonesa foi um motivo de diferenciação e exclusão. Diante disso, assim como Pochapski (2018, p. 91), pensamos o idioma como um dos fatores que contribuem na constituição de fronteiras étnicas, fortalecendo a etnicidade e garantindo a coesão grupal, além de um meio de comunicação que propiciava trocas e solidariedade entre os semelhantes, principalmente no território malletense, onde muitos sujeitos perpetuavam sua língua de origem. Para o autor, “grande parte das fronteiras eram produzidas nas instabilidades da vida diária, nos momentos de convívio e tensão, nos lazeres e nas brigas”.

Uma das muitas medidas adotadas por Getúlio Vargas, foi a instauração da “Campanha de Nacionalização”,¹² a qual proibiu a utilização do idioma de origem dos imigrantes em espaços públicos, além do fechamento das escolas, dos jornais e das associações étnicas.¹³ Ou

¹² Entrou em vigor durante o Estado Novo (1937-1946).

¹³ Em 1938, estabeleceu-se o Decreto nº 383, o qual previa que estrangeiros fossem impedidos de associar-se em organizações que remetesse aspectos da sua terra natal, sejam culturais, beneficentes ou de assistência (BRASIL, 1938).

seja, para o presidente e para as elites, era necessário conter todas as manifestações que uniam os grupos étnicos e que permitiam a homogeneização, impedindo a integração com os outros habitantes (SEYFERTH, 2000). Porém, nas fontes analisadas não encontramos nenhuma restrição vinculada de maneira direta com essas ações.

Entretanto, Pochapski (2018) apresenta essas discussões e discorre que tal política nacionalista interferiu na vivência cotidiana dessa comunidade, que pode ser perceptível, através da preocupação em usar e transmitir línguas estrangeiras, bem como, da constituição de associações ou outras instituições que abrigassem somente um grupo étnico e difundissem ideais do país de origem. Dessa forma, como acrescenta o autor, as estratégias de controle sob os malletenses não se deram “apenas pela aplicação dos códigos pelas autoridades, mas as regras e leis foram gradualmente subjetivadas pelos moradores, se tornando autônomas e autorreguladoras” (POCHAPSKI, 2018, p. 194).

No documento analisado, nota-se a estratégia do brasileiro em acionar a justiça do Estado para resolver tal desavença, a fim de se reafirmar frente ao grupo do qual fora impedido de socializar e denunciar tal homogeneização. Vale ressaltar que os colonos eram aconselhados a evitar processos, pois segundo Vendrame (2013, p. 394), “era uma forma de atacar o oponente, causando, em contrapartida, prejuízos à reputação individual e familiar daqueles que se viam expostos à investigação e aos julgamentos locais”.

Quando os conflitos chegavam aos tribunais oficiais, os imigrantes acionavam mecanismos de defesa de si e do grupo pertencente, moldando seus depoimentos a partir de seus objetivos. No caso de José, observamos a ação coletiva e o esforço dos membros do Junak em proteger seu conterrâneo e conservar a imagem da organização, temendo as repressões que esse acontecimento poderia ocasionar, principalmente num contexto em que tais valores e comportamentos eram considerados uma ameaça ao Estado.

Por fim, percebe-se que o discurso do réu prevaleceu, chegando à conclusão que não houve espancamento, não dando prosseguimento ao julgamento. Diante disso, podemos utilizar as discussões de Pierre Bourdieu (1989), para pensar que os grupos étnicos estão dentro de um espaço de “lutas simbólicas”, constituindo delimitações entre os sujeitos, muitas vezes utilizando classificações, com o objetivo de definir espaços, poder e superioridade uns em relação aos outros.

Conforme Cavaleri (2011, p. 66), “as associações étnicas podem ser compreendidas como agrupamentos sociais, seletivos e excludentes, fundadas em ambientes sociais heterogêneos”, com o intuito de socializar e reunir pessoas que compartilham aspectos comuns, fazendo parte de um grupo. Dessa forma, podem “promover a divulgação de sua língua e sua

cultura forjando um elo de ligação com a terra natal”, constituindo vínculos que proporcionam proteção nos momentos necessários. Assim sendo, elementos não pertencentes a esse círculo, eram excluídos, visível no inquérito analisado, bem como, essas organizações acabavam por gerar conflitos, de grupos em relação aos outros.

Cantiga boa é em russo ou polonês?

As divergências em relação ao uso de idiomas também estiveram ligadas aos espaços de sociabilidades informais. Como na ocorrência do dia 22 de abril de 1938, onde o brasileiro Alexandre e o polonês Adão iniciaram uma discussão, resultante numa agressão, no estabelecimento de Afonso Vaigt, situado na Vacinal II, Linha da Esperança, à 18 km da sede Mallet-PR, logo após alguns tragos de cachaça.¹⁴

Conforme consta no documento tal fato ocorreu em uma sexta-feira, por volta das 20:00, possivelmente os envolvidos ao se reunirem no local buscavam um momento de distração e descanso da semana laboriosa, objetivando o lazer e a desvinculação temporária de seus afazeres e responsabilidades. Segundo Stachuk (2017, p. 81), em Mallet-PR, “era comum ao final do dia e depois do trabalho e também em finais de semana tomar um ‘trago de cachaça’, além de jogar partidas de bilhar e baralho”.

Em seu depoimento, Alexandre não nega os fatos e relata que, estava na casa comercial em companhia de Valdomiro, Adão e o dono do requerido estabelecimento divertindo-se, quando em determinado momento da noite, após alguns copos de cachaça, surgiu uma luta corporal entre o ele e alguns presentes, os quais não se recorda, dado o estado de embriaguez em que se encontrava. Em seguida, foi retirado do local e dirigiu-se até sua carroça, quando Valdomiro em atitude agressiva veio em sua direção. Nesse momento o réu lhe alertou para que não se aproximasse, não sendo atendido e em atitude defensiva, tirou uma balança e deferiu uma pancada.

Nas declarações, Adão relata que estava fazendo compras quando Alexandre lhe convidou para tomar um “trago”. Em seguida, surgiu uma discussão motivada por questões de autoridade, onde o réu disse que as “autoridades eram velhacas”, o que foi repellido pelo declarante. Na ocasião Alexandre segurou Adão pelo pescoço e derrubou-o no chão, mas que não lhe deu bofetada alguma, saindo com o rosto machucado, julgando ser do tombo que levou. No dia seguinte, soube o acontecido com Valdomiro.

¹⁴ Acervo CEDOC/ UNICENTRO campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/122.10

De acordo com os relatos das testemunhas, o conflito teria iniciado após Alexandre cantar algumas “modinhas” em russo, sendo interferido por Adão que cantava em língua polonesa. Diante disso, não tendo gostado da cantiga e da atitude, Alexandre deu um soco no rosto do polonês, sendo retirado da casa comercial, continuando as provocações. Em seguida, o mesmo tirou uma balança e atingiu Valdomiro, que retornava à sua casa, sendo agredido devido à dificuldade de identificar as pessoas na escuridão da noite.

A segunda testemunha relata que ao ver o ferido, mandou chamar o Inspetor de Quarteirão, não tendo realizado a prisão e não estando armado.¹⁵ Esses eram, na maioria das vezes, sujeitos da própria comunidade e responsáveis pela segurança de tal região, atuando como “ligação dos malletenses com a autoridade governamental”. Ou seja, eram um mecanismo estatal para reprimir tais crimes, mas também exercer a presença nessa sociedade (POCHAPSKI, 2018, p. 169).

As informações referentes ao acusado (idade, profissão, estado civil, nacionalidade, instrução), podem ser encontradas na qualificação do processo criminal. Observamos que, no caso de Alexandre, o mesmo é descrito como brasileiro. Porém, Alexandre está culturalmente ligado aos sujeitos de etnia russa.

De um lado podemos pensar que Alexandre passou por um “processo de nacionalização das autoridades locais”, conforme proposto por Pochapski (2018, p. 77), o qual afirma que os envolvidos “declaravam sua origem estrangeira em muitos inquéritos, mas no decorrer do processo passavam a ser denominados como brasileiros”. Por outro, pensamos a partir dos pressupostos de etnicidade, um sentimento construído, onde a nacionalidade nem sempre a define, sendo que essa pode ser manipulada em determinados contextos (WEBER, 2008). Portanto, Alexandre poderia ser um descendente de imigrantes russos ou não, mas o fato de ser definido como brasileiro, não o faz se sentir pertencente a essa categoria.

Para Karl Monsma (2007, p. 115) as tensões e os embates cotidianos entre os grupos estavam relacionados a relações de poder, ou seja, quem possuía a autoridade de ordenar, em oposição aquele que deveria ser submisso e acatar as imposições. Por exemplo, “quando um europeu feriu ou matou um afro-brasileiro, geralmente foi depois de este ter afirmado sua igualdade e dignidade abertamente, insistindo em trato igual”. O autor acrescenta que com “certa regularidade situações de sociabilidade e interação amigável explodem em violência”. Como no caso analisado, Alexandre não gostou de ser contrariado em sua cantiga, ainda mais,

¹⁵ Na narrativa da testemunha observamos a importância dada ao porte de armas. De acordo com Fausto (2000, p. 96) no “século do progresso”, as armas de fogo, em especial o revólver, no imaginário popular eram consideradas um meio de afirmar sua valentia ou acabar com a dos demais.

de outro grupo. Bem como, o polonês não queria se subordinar, mas sim exercer sua superioridade sob o réu.

Doustdar (1990, p. 45) apresenta discussões acerca das rivalidades construídas anteriormente aos processos imigratórios e transportadas para a sociedade de adoção, em relação aos sujeitos de origem polonesa. Por exemplo, o autor descreve que os primeiros imigrantes poloneses instalados em Pilarzinho-PR, sofreram com a propagação de estereótipos, ocasionando desavenças, principalmente por parte dos alemães, definido como “germanismo antipolonês”, pois até 1918 a Polônia estava dominada pela Alemanha. Vale ressaltar que o território polonês também se encontrava dividido entre a Rússia e Áustria-Hungria.

Diante disso, no processo em questão, as “modinhas” proferidas em idiomas opostos foram consideradas uma afronta, de ambos os lados, possuindo maior impacto pois estavam ligados à aspectos culturais e situações passadas, nesse caso, pressupomos terem ligações com as invasões e disputas territoriais ocasionadas no território russo e polonês. Além disso, os sujeitos se encontravam em meio a uma sociedade multiétnica, onde os grupos, na maioria das vezes, estavam em constante competição, buscando definir sua dominação e poder em relação aos demais, muitas vezes fazendo uso da violência para tal objetivo, seja ela física ou simbólica.

Segundo Teleginski (2012, p. 107) as casas comerciais “cumpriram um papel imprescindível no sistema de abastecimento de alimentos e de mercadorias”, bem como, “se configuravam um dos principais espaços de sociabilidade”. Na maioria das vezes, eram reservados ao lazer masculino, onde as mulheres compareciam com menor frequência, em outros horários e com propósitos distintos. Ou seja, a autora acrescenta que as vendas ou popularmente chamadas bodegas, expressavam muitas relações sociais e étnicas, e diferentes usos (TELEGINSKI, 2012, p. 191).

Os depoimentos prestados pelo réu e pela vítima nos dão indícios de que ambos estavam conversando tranquilamente sobre questões cotidianas e bebendo juntos antes do ocorrido. Por sua vez, Sousa (2004, p. 22), discorre que as brigas suscitadas pelo consumo de bebidas alcoólicas nos espaços de sociabilidades contemplam dois sentidos, “o poder de reativar as concepções de honra do homem” e o de “possibilitar o ajuste violento de determinadas rixas existentes entre indivíduos e grupos”. A rixa, segundo Sidney Chalhoub (1986, p. 310), pode ser definida como uma “situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente, ao conflito direto entre os contedores”.

Por fim, a Promotoria Pública declara provado a culpabilidade de Alexandre, sendo acusado nas penas do art. 303,¹⁶ que não negou a autoria do crime. Acrescentando que, Valdomiro apenas regressou pacificamente à sua casa, que tomou aquela direção sem intuito de provocar brigas, sendo vítima de uma pancada. Porém, o Juiz Municipal absolveu o réu, por falta de provas absolutas e da divergência nos depoimentos, alegando tratar-se de uma rixa entre os envolvidos, mantida por provocações recíprocas.

Considerações Finais

O município de Mallet-PR atraiu sujeitos de diferentes regiões e países, majoritariamente da Europa, no final do século XIX e início do XX. Tal fato, resultou no contato entre indivíduos que eram distintos e pertencentes a variados grupos, dessa forma, utilizando as palavras de Poutignat e Streiff-Fernarti (1998, p. 141), a etnicidade “se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”. Portanto, consideramos que o território malletense foi produzido a partir de diversos fatores, entre eles, as relações interétnicas estabelecidas, as quais também geraram disputas e conflitos, alguns sendo registrados nos inquéritos policiais e processos criminais.

Em nossas fontes e por meio das discussões apresentadas, observamos que os sujeitos e os grupos exerciam sociabilidades em diversos espaços, sendo formais e informais. Entre eles, estavam as casas comerciais, as quais abrangiam situações que tornavam visíveis as distinções existentes. Por sua vez, esses locais permitiam uma pausa das “tensões reprimidas na vida cotidiana” (FAUSTO, 1984, p. 122). Entretanto, algumas ocasiões eram permeadas por atritos, confusões e confrontos, ocasionados pela interação dos grupos étnicos, onde em alguns momentos, buscavam resolver questões produzidas em outros ambientes, sobressair-se e demonstrar sua autoridade frente aos outros, como no caso analisado de Adão e Alexandre.

Percebemos também que em ambos os processos criminais, o consumo de bebidas alcoólicas se fez presente. Stachuk (2017) aponta que em sua pesquisa, dos 42 processos analisados, 39 apresentam o consumo de álcool, sendo que tal uso era popularmente difundido na região, e em excesso, algumas vezes, desencadeava atitudes provocativas e violentas. Droppa (2009), ao analisar os conflitos envolvendo “bêbados” em Ijuí-RS, discorre que a embriaguez poderia ser utilizada pelos agentes de justiça com o intuito de acusar, desmoralizando os sujeitos, principalmente se o seu grupo étnico carregasse tais estereótipos, por exemplo os

¹⁶ “Art. 303. Offender físicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena de prisão celular por tres mezes a um anno” (CÓDIGO PENAL DE 1890).

poloneses, pois são vistos como indivíduos propensos ao consumo de bebidas alcoólicas. Ou então, para isentar os envolvidos, sob a alegação de “privação dos sentidos”.

Os grupos étnicos buscavam acionar variados mecanismos de defesa, desde o momento de relatar os crimes, visíveis em inquéritos e processos criminais, até a constituição de associações que permitiam uma sociabilidade reservada somente aos “comuns”, sendo meios que os unificavam e garantiam solidariedade entre os sujeitos. Bem como, através do registro de suas práticas, reforçavam seus vínculos, demarcando os que não faziam parte do círculo de relacionamentos.

Pudemos constatar que nos espaços de sociabilidades informais, em meio à diferentes grupos, os indivíduos reafirmavam sua “etnicidade”, traçando suas fronteiras e utilizando símbolos que os diferenciavam, como o idioma. Dessa forma, havia uma preocupação com a reputação de tal etnia e de suas organizações frente aos membros da comunidade. Em alguns momentos as relações instituídas terminavam em violência, envolvendo lutas por poder e algumas divergências históricas.

Por muito tempo nas produções acadêmicas enfatizou-se os processos imigratórios e a instalação de novos habitantes em terras brasileiras somente do ponto de vista econômico. Entretanto, tais deslocamentos estiveram permeados por discursos, imaginários pautados no progresso e civilidade, interações sociais, diferentes padrões culturais, valores e disputas. A partir dessas concepções e dos referenciais teóricos, constatamos que tais sujeitos não se dedicaram exclusivamente ao trabalho e a família, conforme idealizado pelo Paranismo,¹⁷ mas que por meio de suas ações cotidianas, estabeleciam sociabilidades e em alguns casos, desentendimentos e conflitos, que acabavam chegando nos tribunais oficiais.

Por fim, os documentos judiciais, nesse caso, permitiram acessar parte do cotidiano dos sujeitos malletenses e informações que não seriam encontradas em outras fontes. Bem como, possibilitaram analisar os motivos que levaram brasileiros e imigrantes a cometerem os conflitos, as interações estabelecidas, as sociabilidades formais e informais, seus meios de distinção, as fronteiras étnicas, estratégias de defesa, os lugares ocupados e como os envolvidos percebiam e narravam tais acontecimentos, levando em consideração aspectos e visões coletivas.

Dessa forma, concluímos com as reflexões de Albuquerque Júnior (2008, p. 58), o qual discorre que as regiões comportam diversos confrontos e fronteiras, bem como, o pesquisador

¹⁷ Movimento que visava a formulação de uma identidade paranaense, onde os intelectuais vinculados a ele apresentavam um Paraná sempre pacífico e exemplar, fruto da interação entre as etnias, em que os imigrantes disseminavam somente bons costumes (BATISTELLA, 2012; DANIEL, 2016).

que deseja se debruçar sobre essa temática, deve estar atento que “fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional”. Portanto, podemos pressupor que as relações interétnicas ocasionadas, de alguma forma, influenciam em suas formações.

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Art 303- Lesões Corporaes, 1890.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. **Decreto n. 383 de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/36.4

CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/122.10

Referências Bibliográficas

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-Maçons de l’Ancienne Provence.** Paris: Fayard, 1984.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras.** Dourados, v.10, n. 17, p. 55-67, jan/jun, 2008

ANTOCZECEN, Inês Valéria. **O retorno da história: a Festa das Nações (Mallet/PR) – Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Programa de Pós-graduação em História, Irati, 2015.

ARRISCADO, José Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembleia vianense. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 271-289.

BAEHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, nº 87, jan./abr., p. 39-50, 1996.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **História em reflexão: Revista eletrônica de História,** Dourados, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

CAVALERI, Daniel Gonçalves. **Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942).** Dissertação (Mestrado em História) -

Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHERMONT, Lucia Ribeiro. **Memória e experiência de judeus de Higienópolis e arredores, São Paulo (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2011.

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração Polonesa: raízes históricas de um preconceito**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990.

DROPPA, Alisson. **Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a contribuição dos bêbados criminalizados para o estudo da formação social da colônia Ijuí (1890 a 1920)**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. São Paulo: Brasileira, 1984.

IBGE. **História de Mallet-PR**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mallet/historico>

MONSMA, Karl. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 11, nº 1, 2007, p. 111-116.

_____. **Histórias de Violência: Processos Criminais e Conflitos Interétnicos**. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, 2000.

MÜHLEN, Caroline von. **Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, Márcio de. Sociabilidades polonesas em Curitiba entre o final do século XIX e início do XX: uma leitura simmeliana de algumas sociedades esportivo-culturais. In: DORÉ, Andréa; RIBERIO, Luiz Carlos Ribeiro (org). **O que é sociabilidade?**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 215-236.

POCHAPSKI, Gabriel José. **Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998

RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no paraná**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 14, p.143-176, nov. 2000.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um estudo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983.

SOCZEK, Leonardo H. Lopes. **Práticas Criminalizadas em Casas Comerciais (Comarca de Mallet/PR: 1950-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

STACHUK, Angélica. **“Bailes e Festas do Barulho”:** Sociabilidade e Crime em Mallet-PR (1925-1965). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2017.

SOUSA, Hugo Freitas. **Sociabilidade popular e Violência Interétnica no Oeste Paulista: 1888-1914**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TELEGINSKI, Neli. M. **Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

URÍA, Jorge. Espacios, lugares, territorios. In: **Sociabilidades em la Historia**. Actas del VII Congreso de Historia Social de Espana, Tarragona. 16 al 18 de abril de 2015.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2013.

WEBER, Regina. Grupos Étnicos, Estratégias Étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, ARENDT, Isabel, GRÜTZMANN, Imgart. **Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo**. São Leopoldo: Nova Harmonia, Oikos, 2008. p. 235-255.